Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano II nº 29
5/3/97 a 18/3/1997
Contribuição R$ 1,00

TODO APOIO ÀS OCUPAÇÕES! REFORMA AGRÁRIA, JÁ!

Sérgio Koei

Liberdade para Márcio Barreto!

Chega de perseguição aos líderes sem-terra

Escândalo dos títulos precatórios envolve aliados de FHC

página 5

Deng Xiaoping foi o grande guia do capitalismo na China

página 10

C U R T A S

Os poderes. Tudo começou quando o STF concedeu 28,86% de reajuste salarial a 11 servidores federais. Em seguida, FHC disse que os juízes do Supremo não pensavam no Brasil. Os juízes e desembargadores devolveram com uma carta pública criticando os excessivos poderes do Executivo. Depois, na última semana de fevereiro, os juízes partiram para o protesto e realizaram um dia de mobilização contra as reformas da Previdência e Administrativa, por aumentos de salários e, claro, contra a ingerência do Executivo no Judiciário. Mas o imperador prepara retaliações: quer uma Reforma no Judiciário e vai tentar mudar a composição do Supremo.

◆

Vale I. O governo já definiu o que fará com o dinheiro da privatização (caso ocorra) da Vale do Rio Doce: 50% serão usados para um tal fundo de reestruturação econômica (está cheirando a fundo para obras de campanha eleitoral). Os outros 50% irão mesmo para cobrir dívidas públicas, como a mobiliária, e déficits públicos. Em tempo: foi realizado um ato público contra a privatização da Vale, com a presença de 7 mil pessoas em Belém do Pará, no último dia 1º.

◆

Vale II. Um megaconsórcio está sendo articulado pela Companhia Siderúrgica Nacional para comprar a Vale do Rio Doce. Ao invés da concorrência em leilão, um prévio acordo que deixaria todos os tubarões felizes. A empreitada poderia incluir a Mitsubishi, algumas das principais mineradoras do mundo (três japonesas, uma australiana e uma norte-americana) e o grupo Votorantim. Diga-se de passagem, o grupo de Antonio Ermírio de Moraes é um dos principais interessados na Vale, tanto que já está com um consórcio engatilhado com a gigante Anglo American.

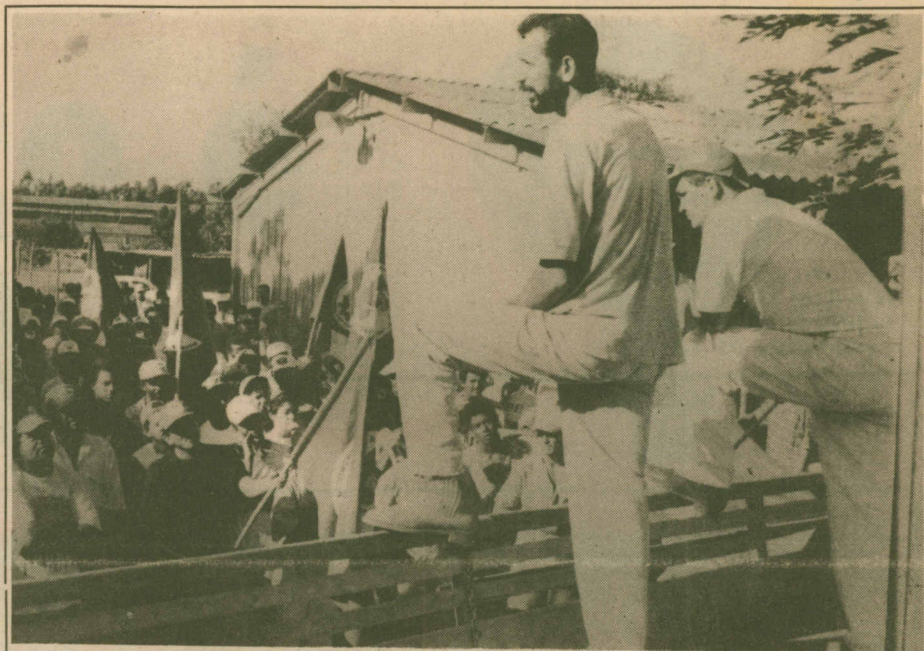
◆

Menos vagas I. Plano Real é sinônimo de destruição do emprego formal no país. Os números não mentem. De julho de 1994 para cá, o país perdeu 755.739 empregos formais (com carteira assinada). Somente em 1996 foram para o espaço 305 mil postos de trabalho. Os números são do Ministério do Trabalho, a partir de levantamento feito em 82% das empresas formalmente constituídas no Brasil. O mais incrível é que o Ministério propõe para essa situação a flexibilização da legislação trabalhista para permitir, por exemplo, o contrato temporário de trabalho. Faz sentido. Com isso, o Ministério poderia vir a público dizer que aumentaram os empregos formais no país...temporariamente, é claro.

◆

Menos vagas II. O balanço de seis anos de privatizações de empresas estatais federais é extremamente negativo para os trabalhadores. Segundo levantamento feito pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 22 empresas, mais de 39.600 empregos ou 32,67% dos postos de trabalho foram para o espaço com o badalado programa de desestatização. Em algumas empresas o índice de demissão foi ainda maior. Na CSN, por exemplo, a privatização custou uma redução de 37,3% dos empregos anteriores. Houve casos ainda mais graves, como o da Mafersa, que reduziu 76,9% o seu quadro de funcionários. O levantamento não inclui as demissões efetuadas através dos programas de demissões voluntárias feitos em geral no período preparatório a uma privatização.

O QUE SE VIU

Sérgio Koei

Assembléia de sem-terra no Pontal do Paranapanema em 24 de fevereiro, um dia depois do conflito em que quatro jagunços e um fazendeiro feriram a bala oito trabalhadores rurais na região. Zé Rainha (na foto, ele está falando na assembléia) e outros líderes sem-terra tiveram suas prisões decretadas no mesmo dia 24.

O QUE SE DISSE

"Com a privatização da Vale do Rio Doce, sabe quem vai ser dono de todos aqueles minérios que pertencem ao Brasil? O Brasil."

Anúncio publicitário do governo, divulgado em vários jornais e revistas. Que caras de pau! Será que já avisaram às grandes mineradoras e grupos capitalistas que eles podem comprar uma coisa que não será deles? É um caso típico de propaganda enganosa e mentirosa.

"Deng deu grande contribuição, após a morte de Mao Tse-tung, para defender o socialismo com peculiaridades chinesas e introduzir a China no caminho da modernização."

João Amazonas, presidente nacional do PCdoB, sobre a morte de Deng Xiaoping. Uau! O que seriam essas "peculiaridades"? A mão-de-obra semi-escrava? Os mais de 200 milhões de desempregados? O massacre e a perseguição aos estudantes e oposicionistas? E o que seria, para o dirigente do PCdoB esse caminho para a "modernização"? No jornal *Folha de S.Paulo* em 20/2/97.

"A verdade que temos que reconhecer é que foi a ditadura militar quem começou a quebrar os dentes do latifúndio. Aprovaram o Estatuto da Terra, que é uma legislação avançada, e criaram as condições financeiras para o processo andar, tirando da Constituição o artigo que condicionava a desapropriação de terras improdutivas a uma prévia e justa indenização em dinheiro."

Raul Jungamnn, ministro de Assuntos Fundiários, em depoimento ao jornalista Marcio Moreira Alves, sobre a Reforma Agrária. Sabe-se lá quantas outras verdades como essa, o ministro, que defende a prisão de sem-terra ainda vai acabar descobrindo...No jornal *O Globo*, em 27/2/97.

P S T U

◆**Nacional:** Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 -Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Maceió (AL):** Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆**Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.

Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

Investidas autoritárias de FHC

Sérgio Koei

Fortalecido politicamente com a aprovação da reeleição, Fernando Henrique está disposto a vir para cima do movimento dos trabalhadores, atacar direitos e conquistas, utilizando, se preciso for, medidas anti-democráticas e a truculência necessária contra o movimento. Isso tudo, é claro, em prol dos interesses dos grandes banqueiros, latifundiários, multinacionais e do seu projeto de reeleição.

Vira e mexe, sob o governo do "democrata" FHC, tem prisão de sem-terra. Agora, banqueiro preso não tem nenhum. Pelo contrário, as raposas continuam soltas no galinheiro do Banco Central, autorizando ajudas bilionárias a banqueiros "falidos" ou maracutaias de governadores, prefeitos, senadores e banqueiros com títulos públicos de difícil pronúncia: precatórios.

Depois de fazer refluir a luta nas cidades — com a colaboração inestimável da direção majoritária da CUT, que entre outras se dispos a "negociar" todas as Reformas — FHC quer agora fazer retroceder as ocupações de terra e, se possível, derrotar o MST.

Ao lado de uma campanha ideológica sórdida e mentirosa contra as ocupações de terra, Fernando Henrique está tomando uma medida autoritária atrás da outra contra os sem-terra. Não é a primeira vez que baixa o espírito de ditador no presidente sociólogo. Lembram-se da greve dos petroleiros, quando FHC botou tropas do exército nas portas das refinarias?

Pois é, agora tenta repetir a dose com os sem-terra. Junto com a campanha contra as ocupações, a prisão de Márcio Barreto e a decretação de prisão preventiva contra outras lideranças, FHC tenta aprovar lei contra desapropriação de terra ocupada. Ordenou também a investigação, pela Receita Federal, sobre a origem do dinheiro que custeia a Marcha dos sem-terra a Brasília, tentando incriminá-los por "desvio de dinheiro público", alegando que a cotização que os já assentados fazem ao MST se constitui em desvio de dinheiro do Procera. Com isso, querem processá-los criminalmente.

Seria de morrer de rir, se não fosse trágico. Afinal, o que há de ilegal em que assentados doem dinheiro à causa da Reforma Agrária? Nada. Mas isso soa ainda mais hipócrita, quando o próprio Presidente da República utiliza dinheiro do Tesouro Nacional para dar bilhões aos banqueiros. Mas não para por aí. O governo aprovou a lei contra o porte de arma, para que o ministro da Justiça, Nelson Jobim a utilize como pretexto para militarizar as regiões de conflito, utilizando o Exército, a Polícia Militar, a Polícia Civil e até a Polícia Rodoviária para caçar lideranças do MST e para ocupar, quando for possível, latifúndios e proibir as ocupações dos sem-terra.

É hora de apoiar prá valer as ocupações e os sem-terra nas cidades, contra esse governo.

Todo apoio às ocupações. Reforma Agrária Já!

OPINIÃO

O reacionário Rei do Gado

Wilson H. da Silva,
de São Paulo

O *Rei do Gado* já acabou, mas a feroz propaganda contra o Movimento dos Sem Terra, da qual a novela foi uma importantíssima "peça publicitária", continua a todo vapor, por isso ainda cabe fazer alguns comentários sobre a último serviço prestado pela Rede Globo à burguesia nacional.

Que a televisão pode ser utilizada como uma poderosa arma no combate ideológico, todo mundo sabe. E que as novelas cumprem um importante papel neste esquema, também não é surpresa.

Em 1989, por exemplo, em meio à campanha presidencial, a novela *O Salvador da Pátria* tinha um personagem, Sassa Mutema (Lima Duarte), que poderia se transformar no primeiro presidente operário do país, mas, ao invés disso, acabou corrompido e envolvido com o narcotráfico.

O Rei do Gado, no entanto, bateu todos os recordes. Transformada em um instrumento de propaganda contra as ocupações e o movimento, a novela teve um pouco de tudo: latifundiários solidários com "os pobres"; um senador (Caxias) de uma honestidade quase beata; um sem-terra (Regino) que na sua luta por um pedaço de terra tinha que se enfrentar com "misteriosos" dirigentes que queriam "partidarizar" ou "radicalizar" o movimento.

Essa ladainha atingiu seu ápice na última semana de *O Rei do Gado*. A novela acabou em ritmo de súplicas pela "paz" e da união entre sem-terra e latifundiários (concretizada "simbolicamente" com o casamento dos dois protagonistas).

Se isso não bastasse, criminosos confessos ficaram livres, Bruno Mezenga fez um discurso de cinco minutos atacando os sem-terra por quererem intervir em temas como reeleição e privatização da Vale do Rio Doce e na última cena que mostrou a sem-terra Jacira, ela arrancou uma bandeira vermelha de um trabalhador, defendendo que a única bandeira do movimento é a "branca, da paz".

Misturando ficção e "realidade", a novela chegou a iludir alguns setores da população que defenderam o fato de ela ter exposto a questão agrária em horário nobre. Mas *O Rei do Gado* foi ao ar para atacar o movimento sem-terra e seus métodos de luta. Ela nada teve de progressiva.

NÚMEROS *O déficit nos estados e municípios (% do PIB)*

Empresa	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Receita *	12,1	11,7	10,7	11,7	12,2	12,6
Despesa*	11,4	12,4	10,8	12,5	14,5	14,5
Juros	0,8	0,7	0,7	1,5	2,1	1,3
Gastos não financeiros	10,6	11,7	10,1	11,0	12,4	13,2
Déficit	0,7	0,7	(0,1)	(0,8)	(2,3)	(1,9)

Fonte: Fábio Giambiagi

CARTAS

Suspensão das dívidas

Nós da regional de Rio Claro percebemos que é política do PSTU a suspensão do pagamento das dívidas externas e interna do país. Gostaríamos de maiores esclarecimentos sobre o ônus dessa política. Haveria um embargo econômico incontinente!? Como ficaria a situação econômica? Confessamos que não temos subsídios para defender esta política. Contamos assim com maiores esclarecimentos do companheiro José Martins.

Regional do PSTU,
Rio Claro (SP)

Comitê pelos sem-terra

É preciso apoiar e cercar de solidariedade os companheiros sem-terra. Esse é o motivo porque tomamos a iniciativa de construir o Comitê Oziel Pereira (líder dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, Pará, assassinado pela Polícia Militar). Nossa primeira atividade será visitar acampamentos (no Pontal do Paranapanema e no estado do Pará, principalmente), e se possível levar apoio material (alimentos e remédios).

Se você tem interesse e disponibilidade, entre em contato conosco pelo telefone (011) 6468-2608.

Janson (PSTU) e
Carlos A. Marques (PT),
de Guarulhos (SP)

Avança a ocupação em agroindústria no Pará

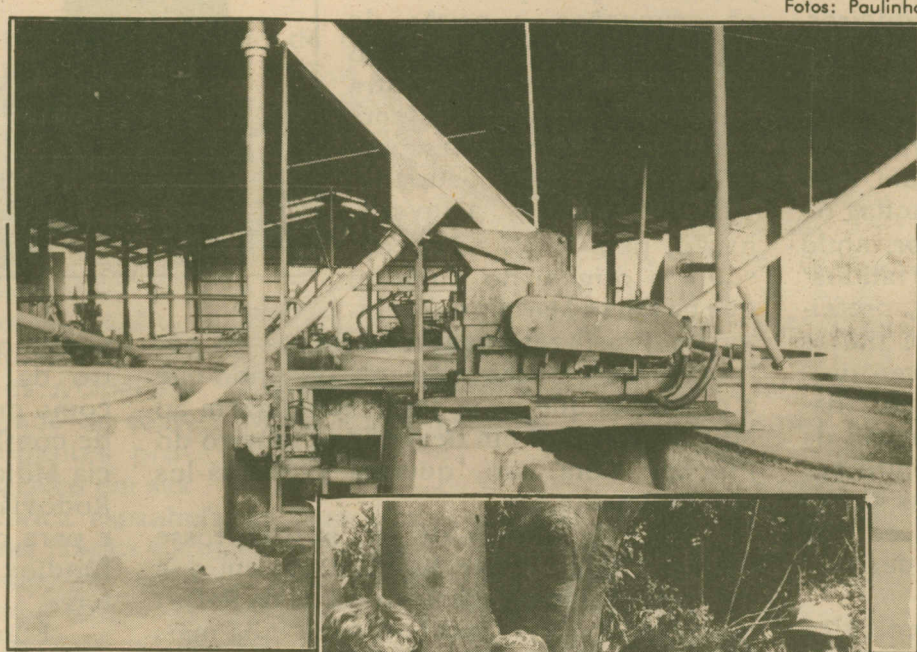
Gilberto Marques,
de São Francisco do Pará

Fotos: Paulinho

No dia 23 de maio de 1996, os trabalhadores do município de São Francisco do Pará ocuparam a Fazenda Granja Marathon, de propriedade da Paracrevea, subsidiária da Goodyear, com 4.426,50 hectares. Na fazenda funcionava uma agroindústria de produção e beneficiamento de borracha. Os trabalhadores tomaram a decisão de ocupá-la a partir dos atrasos nos salários e do processo de desmonte do projeto pela empresa.

Inicialmente, muitos foram os problemas, mas aos poucos eles estão sendo contornados. As tentativas de retomada da área foram barradas pelo movimento. No mês de dezembro estava marcada uma audiência para decidir sobre o pedido de reintegração de posse aos ex-proprietários; no dia da audiência, os três ônibus de trabalhadores da ocupação que foram para a frente do Fórum da cidade de Castanhal, foram o suficiente para fazer com que nem a juíza, nem os latifundiários lá comparecessem.

Hoje, existem 216 famílias no projeto cooperado, das quais o maior número é de seringueiros. A produção gira entre 40 e 45 toneladas de látex (borracha bruta) por mês, o que gera uma receita de R$ 40 mil por mês, aproximadamente. Os seringueiros recebem 80% do preço de venda da sua produção, que é comercializada pela cooperativa local. Os 20% restantes ficam para a manutenção da cooperativa e do projeto e ainda para a ajuda de custo às famílias que estão ingressando no projeto, mas ainda não dispõem de produção, a exemplo dos trabalhadores do roçado.

216 famílias trabalham na agroindústria em regime de cooperativa

Novos projetos estão sendo discutidos para o aproveitamento da área, como a fruticultura e a piscicultura. A energia elétrica que havia sido cortada como parte do boicote já foi religada. As limitações ficam por conta do controle de preços pelo cartel das indústrias pneumáticas e a falta de crédito do governo.

Maquinário da Fazenda Granja Marathon. À direita, membros da coordenação da ocupação

Outro problema é a não conclusão do processo de desapropriação, apesar de já estar em andamento, com a vistoria do Incra, concluindo que a fazenda estava improdutiva, e a vistoria do Ibama, que ainda não concluiu o relatório que deve ser encaminhado ao Ministério da Reforma Agrária para a efetivação da desapropriação.

Para José Galvão, membro do comando de ocupação e militante do **PSTU**, o mais importante é que "*numa situação de desemprego e outros ataques à classe trabalhadora, nós estamos gerando trabalho, não mais como empregado, explorado. Assim, demonstramos que a classe trabalhadora, sem patrão, pode viver com dignidade*"

"A vida tá melhor"

Há um ano e meio, 300 famílias ocuparam a fazenda da família Espinheiro Gomes, a 2 km da cidade de Castanhal, de aproximadamente 100 mil habitantes. Por ser uma família tradicional, que chegou até a eleger o prefeito da cidade, a repressão policial e a ameaça dos pistoleiros foi muito grande, mas a resistência foi maior.

Os trabalhadores não têm conhecimento do tamanho exato da área. Só sabem que é superior a 1.300 hectares e que já estão ocupando áreas de duas fazendas vizinhas. As 300 famílias já estão produzindo mandioca, milho, hortaliças e iniciam a plantação de culturas permanentes como laranja, cupuaçu, graviola, açaí e outros. A produção atual já garante a subsistência das famílias e o objetivo agora é a organização da cooperativa local. Para isso, estão contando com o apoio dos companheiros de São Francisco do Pará.

O **Opinião Socialista** esteve na Colônia Cupiuba, nome pelo qual é conhecida a ocupação, constatando os avanços da luta pela Reforma Agrária. Para Antonio Bigode, membro da direção da ocupação, "*a vida tá melhor, temos nossa plantação, galinha e porco. Voltei aos meus 12 anos, em que eu vivia bem na roça. Só não tá melhor porque não temos o apoio do governo*". A ocupação se fortalece e entusiasma os companheiros que dela participam. Para Seu Loló, também membro da direção, "*é importante mostrar para as outras pessoas o que estamos fazendo: lutando pela terra*". **(G.M.)**

HOMOSSEXUAIS

Encontro Nacional debate "visibilidade"

O 9º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis aconteceu em São Paulo, entre os dias 21 e 23 de fevereiro e reuniu cerca de 100 ativistas provenientes de praticamente todos os estados do país. O 9º Encontro teve como tema central a discussão sobre a "visibilidade" dos homossexuais na sociedade, ou seja, sobre a necessidade de se criar mecanismos para romper a marginalização social, cultural, política e, inclusive, legal que cerca a vida de gays, lésbicas e travestis.

União Civil

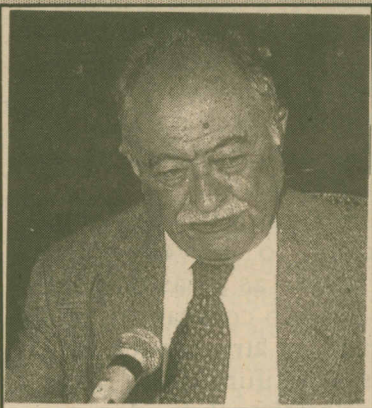
Um dos debates mais concorridos do Encontro se deu em torno do projeto de união civil, apresentado pela deputada Marta Suplicy (PT/SP). Durante o debate, ficou evidente que, apesar da enorme maioria dos participantes defenderem o projeto, há diferentes expectativas em relação ao alcance dessa lei. Um setor significativo do encontro defendeu, corretamente, que apesar de ser importante conquistar os mesmos direitos legais que os casais heterossexuais têm (herança, partilha de bens, direitos previdenciários etc.), a simples aprovação da lei não é suficiente para que gays, lésbicas e travestis derrubem a homofobia e os preconceitos que os perseguem.

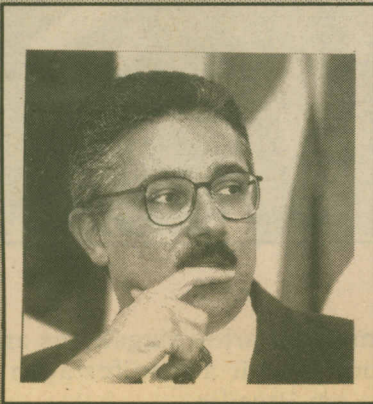
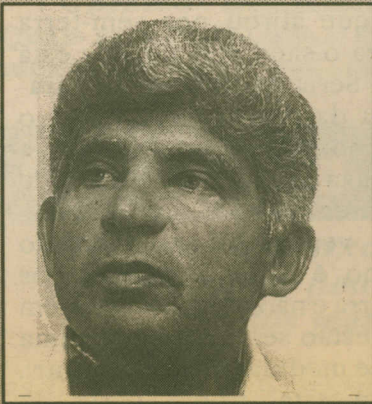
Próximo será em Recife

Organizado em forma de oficinas e mesas de debates (com apenas uma plenária final), o Encontro deixou muito a desejar no que diz respeito à organização do movimento para a ação cotidiana, ou seja, no desenvolvimento de um trabalho conjunto com outros setores da sociedade, como sindicatos, entidades estudantis etc. Também foram aprovadas propostas em relação à organização do 10º Encontro, que será em 1999 em Recife, com a perspectiva de superar os problemas organizativos enfrentados neste Encontro. Um deles merece ser destacado: apesar de receber uma fortuna para sediar a reunião, o Hotel San Raphael tentou restringir o acesso da imprensa ao local e exigiu "discrição" dos participantes para não comprometer o "bom nome" do hotel. Haja hipocrisia.

Escândalo dos títulos atinge grandes bancos

Marco Antonio Ribeiro,
da redação

Se as investigações fossem levadas até o fim, senadores, banqueiros, governadores, prefeitos e membros do primeiro escalão do governo se veriam envolvidos no escândalo dos precatórios. O que era para ser uma obscura Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a emissão de títulos públicos estaduais e municipais, adquiriu proporções imprevistas.

Como uma bola de neve, as denúncias foram crescendo e comprometendo um número cada vez maior de figurões da política nacional e de magnatas do meio financeiro. As denúncias já atingiram o prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB) e os governadores de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB), de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), e de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB). Eles emitiram títulos para pagar dívidas judiciais (precatórios) e utilizaram o dinheiro para outras despesas, o que é proibido por lei, com o Senado e o Banco Central fazendo vistas grossas.

Mas esse foi só o começo. As investigações revelaram um eficiente mecanismo de desvio de dinheiro público através da negociação dos títulos emitidos por estados e municípios. O pai da matéria é o ex-chefe do Departamento da Dívida Pública do município de São Paulo, Wagner Baptista Ramos. Ele bolou o esquema de negociação dos títulos da prefeitura de São Paulo durante a gestão de Paulo Maluf. Pitta era secretário de Finanças na época e sabia de tudo.

Envolvidos

Celso Pitta

Miguel Arraes

Paulo Afonso Viera

Divaldo Suruagy

No esquema de Ramos e Pitta, estados e prefeituras davam o pontapé inicial lançando os títulos no mercado. A operação de venda mostra que havia um acordo entre as corretoras e os bancos. Ninguém aparecia no dia do leilão público, ficando a corretora organizadora do leilão responsável pela venda dos títulos com um desconto. Na operação de venda de títulos de Pernambuco, o desconto total oferecido foi de R$ 99 milhões. O caso dos títulos de Santa Catarina é ainda mais escandaloso. Além de oferecer descontos, o governo emprestava dinheiro para prováveis compradores adquirirem os títulos.

Os títulos eram comprados por empresas "laranjas", como a IBF Factoring, que os revendiam no mercado a preços muito superiores. Uma vez que esses títulos entravam no mercado, eles passavam de mão em mão, gerando ora lucro, ora prejuízo, dependendo do interesse dos que os negociavam. Seu destino final era a carteira de títulos dos grandes bancos ou os fundos de pensão. No fim, era rateado o lucro conseguido.

O dinheiro que foi parar nessas contas numeradas é dinheiro do povo desses estados e municípios que lançaram os títulos. Na hora de vender, eles ofereceram um desconto. Mas quando soar a hora de comprar de volta os títulos, não vai haver desconto nenhum e esses estados e municípios vão ter que pagar bem caro para tirá-los da praça. Com essas operações de títulos públicos, o que houve, no fim das contas, foi mais um repasse de dinheiro público para agiotas.

PSTU exige punição dos responsáveis

O governo federal já está fazendo o possível e o impossível para que a CPI não investigue o sistema financeiro. O presidente do Banco Central, Pedro Malan, já declarou que os grandes bancos sequer devem ser convocados para depor na CPI. O relator da CPI, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), por sua vez, confirmou que não acha necessário que Malan deponha.

Não só os bancos devem ser investigados, como também defendemos a instalação de uma CPI do sistema financeiro que faça uma devassa nos grandes bancos e também no Banco Central.

No Congresso, tudo tem o hábito de acabar em pizza. A CPI do Orçamento acabou com a punição de alguns bodes expiatórios, mas livrou a cara do Congresso e do governo federal. Agora querem repetir a farsa. Sacrificar algumas corretoras de títulos e funcionários do segundo escalão de estados e municípios.

O PSTU não concorda com isso. Exigimos a investigação imediata da direção do Banco Central, do Senado e de todo o sistema financeiro. Exigimos, também, o impeachment de todos os prefeitos e governadores envolvidos nesses escândalo.

A maracutaia passo a passo

1- Precatórios
Estados e municípios endividados decidem emitir títulos no mercado para financiar despesas. Utilizam como desculpa a necessidade de pagar dívidas judiciais (precatórios).

2- Assessoria
Assessorias técnicas de bancos são contratadas para preparar a documentação requisitada pelo Banco Central e pelo Senado para autorizar a emissão de títulos. As assessorias cobram comissão média de 5,5%.

3- Banco Central e Senado
O Banco Central analisa o pedido e manda para o Senado sem verificar se os precatórios realmente existem. O Senado aprova, muitas vezes em regime de urgência, o pedido de emissão.

4- Leilão
No leilão dos títulos ninguém comparece e a corretora encarregada de organizar o leilão tem permissão para vender-los com desconto de até 30%.

5- Laranjas
Empresas de fachada compram os títulos e passam para frente por um valor muito maior, obtendo lucro.

6- Prejuízo
Corretoras e distribuidoras compram os papéis por valor alto e registram prejuízo. O prejuízo é repassado a bancos e empresas que os assumem para evitar o pagamento de impostos.

7- Rateio
O lucro obtido nessas operações é rateado entre os participantes do esquema.

8- Lavagem
O dinheiro obtido com a operação é transferido para o exterior e "lavado" por doleiros.

Governo e latifúndio se unem contra sem-terra

Mariúcha Fontana,
da redação

No último dia 23 de fevereiro, um grupo de 1.500 trabalhadores sem-terra foi recebido a bala ao entrar na Fazenda São Domingos, na região do Pontal do Paranapanema. Os sem-terra pretendiam colher o milho plantado por eles no ano passado. O resultado do ataque feito pelos jagunços da fazenda foram oito feridos (dois em estado grave) e o inexplicável pedido de prisão preventiva para cinco líderes do movimento que, de vítimas, foram transformados em criminosos por FHC e a "Justiça" brasileira. Márcio Barreto, um dos líderes do MST, está preso e a polícia continua buscando as demais lideranças.

Fernando Henrique e Raul Jungmann, ministro da Reforma Agrária, não só não vão fazer Reforma Agrária alguma, como o principal objetivo do governo é derrotar o MST.

Ao invés de fazer a desapropriação sem indenização de todos os latifúndios, a começar pelas terras devolutas, FHC está perseguindo o MST para garantir que a estrutura fundiária do país continue intocada.

Com o pretexto de "evitar" tragédias, o governo está militarizando as áreas de conflito e buscando colocar em pé de igualdade as atrocidades de jagunços e latifundiários com a justa e legítima luta dos sem-terra. Por isso, o filho do fazendeiro que atirou nos sem-terra foi para o sacrifício e ainda está preso. Seria mesmo muita cara-de-pau da justiça local soltar o assassino ao mesmo tempo que decretava a prisão preventiva de dirigentes do MST.

O verdadeiro objetivo do governo é isolar e derrotar os sem-terra e não o latifúndio. Além disso, estão sendo tomadas uma série de medidas jurídicas contra os sem-terra. Como parte da mesma estratégia, o senador Antonio Carlos Magalhães ainda quer proibir a manifestação deles em Brasília.

É decisivo, portanto, cercar de solidariedade a luta dos sem-terra, construindo nas cidades um forte apoio ao MST e às ocupações.

Sérgio Koei

Polícia Militar cerca os sem-terra no Pontal

Diretoria da UNE visita o Pontal

Euclides de Agrela,
membro da Executiva da UNE e do PSTU

A Executiva Nacional da UNE, em reunião realizada no último dia 3 de fevereiro, decidiu buscar uma ação comum com o MST. Por isso, fomos ao Pontal do Paranapanema. Chegamos a Santo Anastácio às 9:30h do dia 24 de fevereiro. Além da Executiva da UNE, também foram os presidentes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e da União Paulista. Às 10:30 h, partimos para a fazenda São Domingos. Próximo ao acampamento, fechando a pista, encontravam-se dez policiais que nos obrigaram a descer do carro para uma revista.

Chegando ao acampamento, encontramos Diolinda, que nos contou sobre a tocaia sofrida pelos sem-terra da São Domingos na tarde do dia 23. Ela nos disse que o fazendeiro já os havia ameaçado e que os sem-terra se dirigiam para o milharal quando foram recebidos a bala por jagunços que dispararam cerca de 12 tiros de dentro do mato, atingindo oito companheiros.

No acampamento, os sem-terra se comprimiam em pequenas barracas cobertas com plástico preto. As pessoas nos cumprimentavam e agradeciam a nossa visita e solidariedade. Nos despedimos de Diolinda, do companheiro Edu e de Márcio Barreto, que quarenta minutos depois seria preso pela polícia militar.

No final da tarde, nos reunimos com José Rainha. Enquanto conversávamos, foi confirmada a decretação da prisão preventiva dele e mais quatro companheiros. Tivemos então que encerrar imediatamente a discussão para que o companheiro pudesse ir para um lugar seguro.

Voltamos para Santo Anastácio, de onde partiríamos naquela mesma noite. Nos hospedamos no Colégio de freiras e, por volta das 21:30 h, resolvemos ir até o restaurante mais próximo para jantar. Quando dobrávamos a esquina do Colégio, três indivíduos em um fusca branco nos interceptaram. O companheiro Serginho, diretor da UNE, precipitou-se e ensaiou uma corrida de volta ao Colégio. Foi o suficiente para que os três homens, que se diziam policiais, saltassem do carro de armas na mão, o pegassem a força e o algemassem.

Os demais diretores da UNE presentes, eu dentre eles, nos identificamos como dirigentes estudantis e, só depois de muita confusão, conseguimos que soltassem o companheiro. O objetivo dos supostos policiais era capturar alguém do MST, que soubesse do paradeiro dos seus dirigentes com prisão preventiva decretada.

A única resposta que os estudantes podem dar a essa situação indignante é realizar atividades de apoio e solidariedade aos sem-terra, como a arrecadação de alimentos e roupas, a realização de debates e palestras nas escolas e universidades e visitas aos acampamentos.

USP faz ato contra prisões

No último dia 27 de fevereiro, foi realizado um ato de apoio às ocupações e à Reforma Agrária e contra a prisão dos sem-terra, com mais de 150 pessoas no prédio de Ciências Sociais, na USP

Na Universidade de São Paulo, por iniciativa de estudantes do PSTU, foi formada já há algum tempo uma comissão de apoio aos sem-terra e à Reforma Agrária, composta pelos Centros Acadêmicos, que vêm fazendo ações constantes de solidariedade às ocupações, arrecadando alimentos e denunciando a política do governo.

Essa comissão, em unidade com o Diretório Central dos Estudantes e as entidades dos professores e dos funcionários, convocaram o ato de apoio aos sem-terra para o último dia 27.

Diante dos acontecimentos do Pontal e da decretação de prisão preventiva das lideranças do MST, esse ato foi assumido também pela CUT, UNE, OAB, PT, PCdoB e PSTU.

Assembléia dos sem-terra no Pontal

"Não vamos parar de lutar"

O ***Opinião Socialista*** *esteve no Pontal e entrevistou Felinto Procópio (Mineirinho), membro da Coordenação Regional do MST, sobre os acontecimentos do último dia 23 de fevereiro.*

Opinião Socialista — Como aconteceu a tragédia?

Mineirinho — Nós, os trabalhadores sem-terra, estamos aqui há mais de dois anos. Saímos para a quebra (colheita) de milho de uma plantação que a gente fez este ano, porque o fazendeiro estava dizendo que não colheríamos esse milho. Reunimos todos os sem-terra da região e fizemos uma ação para a colheita. Ao chegar nas proximidades da sede, fomos recebidos a bala.

Opinião Socialista — Quais as atitudes que o movimento vai tomar com relação ao ocorrido?

Mineirinho — O MST está determinado e não vamos parar de lutar. Nós continuaremos organizados, mobilizados e firmes no ideal de que estas terras públicas venham para as mãos dos trabalhadores. Até agora, sempre cuidamos de não provocar ninguém, mas sempre avisamos que a partir do momento que saíssem companheiros feridos, a situação aqui tomaria outra conotação. Nós não estamos dispostos, de forma alguma, a ver nossos companheiros morrerem, serem assassinados a sangue frio por uma corja de pistoleiros. Os companheiros estão indignados, tivemos que ter muita capacidade para segurar os ânimos, estamos tentando fazer as coisas de forma pacífica. Não sei o que vai acontecer daqui para a frente, porque o clima é muito tenso.

A Marcha avança em Minas

G. Araújo,
de Belo Horizonte (MG)

"*Enquanto eles querem guerra, nós queremos terra. Para sobreviver e sair dessa miséria...*"

Esse refrão, entoado por um jovem que participa da Marcha traz em si toda a realidade que vivem atualmente os trabalhadores rurais que estão em luta.

A Marcha em Minas saiu de Governador Valadares no dia 17 de fevereiro. Os cerca de 400 participantes vêm de assentamentos e acampamentos da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, além de Minas Gerais. Em todas as cidades onde passam, ou na estrada, os sem-terra recebem apoio da população, inclusive apoio material.

Desde a saída e em todo o percurso da Marcha, estão sendo organizados atos de apoio. Em Governador Valadares, o ato teve a participação de sindicatos, partidos políticos, pastorais e muitos trabalhadores da região. Outros atos também foram realizados em Ipatinga, Santa Bárbara, Coronel Fabriciano e Itabira.

O **PSTU** engajou-se nessa luta e desde a saída da Marcha realiza uma campanha para unificar as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo. Nas fábricas, escolas, hospitais e em todos os lugares onde atuamos, estamos realizando essa campanha e, como mais uma forma de prestar solidariedade, estamos participando da Marcha.

CUT aprova calendário de luta

Divulgamos abaixo o calendário aprovado pela CUT e também pelos fóruns do funcionalismo e dos metalúrgicos da CUT.

7 de março — Grande Ato Show em São Paulo, às 17 horas na Praça Charles Muller, por Reforma Agrária, emprego e justiça.

8 de março —O dia internacional da mulher está incorporado também como um dia nacional de luta pela CUT e deve ser um dia de solidariedade aos sem-terra.

15 de março — Caravana de sindicalistas, movimento estudantil e outros movimentos de São Paulo, para o Pontal do Paranapanema.

19 de março — Dia nacional de luta do funcionalismo público das três esferas

17 de abril — Grande ato em Brasília, com a chegada da Marcha dos sem-terra.
A CUT assumiu também o dia 17 como dia nacional de luta, com caravanas Brasília do funcionalismo em luta contra as Reformas e também a realização da caravana contra o desemprego.
A Confederação dos Metalúrgicos da CUT aprovou enviar pelo menos 30 ônibus, dos diferentes sindicatos do país, a Brasília no dia 17.

De Mato Grosso a Brasília

Tibica,
de Rondonópolis (MT)

Em 17 de fevereiro, na cidade de Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, foi dada a largada da Marcha dos cerca de 400 sem-terra que percorrerão mais de mil quilômetros até Brasília para juntarem-se aos companheiros vindos de outras duas regiões do país.

Houve um ato público na Praça Carreiro, no centro da cidade, com a presença de entidades religiosas, centrais sindicais e partidos políticos. O PSTU esteve representado pelo companheiro Tibica. Durante o ato, foi descerrada uma placa na Praça em homenagem aos sem-terra.

O objetivo da Marcha é a luta por Reforma Agrária, emprego e justiça e é uma atividade que se enfrenta diretamente com a política neoliberal de FHC, que aumenta o desemprego, massacra os trabalhadores do campo e da cidade e entrega o Brasil aos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

Tibica
Saída da Marcha em Rondonópolis

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fará congresso em maio

Articulação quer "modernizar" a colaboração de classes

João Ricardo,
de São Paulo

"As mudanças nas formas de trabalho e a utilização de máquinas cada vez mais modernas sempre ocorreram e vão continuar ocorrendo. Isso faz parte da história da humanidade, a modernidade pode facilitar nossas vidas e garantir avanços que sempre buscamos".

Esta afirmação não foi feita por nenhum jornal da imprensa burguesa. Ela foi transcrita dos cadernos preparatórios para o 2º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, editados pela direção da entidade formada por membros da *Articulação Sindical*.

A definição de que a *"modernidade pode facilitar nossas vidas"* parte do critério de que a ciência aplicada ao processo produtivo e os novos métodos de gerenciamento representam um avanço para toda humanidade. Este é o critério utilizado pela direção da *Articulação Sindical* para definir sua política frente à globalização e à reestruturação produtiva.

Na análise desta corrente desaparecem algumas questões "simples" tais como classes sociais e modo de produção capitalista. O capitalismo, ao desenvolver máquinas cada vez mais modernas, não está interessado em facilitar nossas vidas. O objetivo é aumentar a produtividade da força de trabalho empregada, fazendo com que cada trabalhador produza mais mercadorias em menos tempo.

Com os avanços da tecnologia, busca-se apenas aumentar os lucros de cada capitalista, principalmente a partir do salto dado pela internacionalização do capital, com a globalização, que torna a concorrência entre os monopólios mais acirrada.

O aumento da produtividade do trabalhador, dentro do capitalismo, gera uma imensa acumulação de riqueza para o capital. Mas, entre os trabalhadores as únicas coisas que se acumulam são a miséria, a exploração e a fome.

É impossível ver como foram "facilitadas as vidas" das 250 milhões de crianças que foram escravizadas pelo capital na produção. Nem os trabalhadores de Shenzen (região da China), que trabalham com um folga no mês e recebem um salário de 27 dólares para fornecer peças para as modernas fábricas do Japão, conhecem as vantagens da "modernidade".

Os cadernos da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC querem convencer os metalúrgicos de que podemos conviver ou conciliar os interesses dos trabalhadores com os projetos e planos dos capitalistas. Mas, como sabemos, entre o bombeiro e o fogo não se pode ficar neutro.

Quando a direção da *Articulação Sindical* afirma que a tecnologia dentro do capitalismo serve para facilitar a vida de todos; ou que o sindicato serve para defender todos os "cidadãos" brasileiros ou que o socialismo é um "tema para se conhecer", estão na verdade tentando eliminar as classes sociais. Algo que só é possível no papel, pois na vida cotidiana elas continuam atuando.

Arquivo

Metalúrgicos do ABC perderam com câmaras setoriais

◆ Resultado das câmaras setoriais (montadoras ABC)

	1991	1995	Taxa de crescimento
Produção (unid.)	960,2 mil	1.635,6 mil	70%
Emprego	109,4 mil	103,9mil	-5%
Produtividade (veic/trab/ano)	8,8	15,7	78%

Fonte: Subseção DIEESE, com base nas informações da ANFAVEA e do SINDIPEÇAS

Sindicato cidadão é conciliação

No caderno nº 1 do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é possível encontrar a seguinte afirmação: *"a democracia está ligada a idéia de cidadania"* e a um chamado *"sindicato cidadão ..que lute não apenas pelos interesses da categoria, mas por todas as questões ligadas à mais ampla conquista de direitos democráticos para todos os brasileiros"*.

Acontece que entre os brasileiros existem os que são donos de bancos, fábricas, terras e os que são obrigados a vender sua força de trabalho e que ganham salários de fome.

A *Articulação Sindical* defende que, através de seu "sindicato cidadão", nós unamos todos os brasileiros, trabalhadores e patrões, para seguir lutando por interesses comuns. Mas, comuns a quem?

O resultado das câmaras setoriais demonstra que a aliança com os patrões somente levou ao aumento dos lucros deles e, para os trabalhadores, sobrou o desemprego e o arrocho. (J.R.)

Socialismo nem em dias de festa

Não é por acaso que na análise da Articulação Sindical as classes sociais e o capitalismo simplesmente desaparecem. Vejamos, por exemplo, o que fala o caderno nº 1: "O socialismo é um tema importante para conhecer e debater, por representar um sonho dos trabalhadores. Mas a caminhada começa pela conquista dos plenos direitos da cidadania".

Antes de mais nada, o socialismo não é "um tema para conhecer e debater". Ele é o objetivo histórico de nossa classe e corresponde também a uma prática que visa atingir este objetivo. E um dos aspectos desta prática é reafirmar que não é possível aos trabalhadores melhorarem suas vidas construindo alianças com os patrões.

Esta é uma discussão extremamente prática. Ao afirmar que o socialismo é apenas um "tema" a Articulação Sindical reafirma uma prática sindical cujo centro é encontrar soluções para os problemas dos trabalhadores em comum com os patrões. É o que eles chamam de "propositivismo". Mas, afinal, qual o resultado desta política?

Vejamos, por exemplo, as câmaras setoriais. A produtividade dos trabalhadores das montadoras no período do acordo da câmara aumentou (ver tabela). Mas a patronal não respeitou o acordo de manter o emprego e, além de tudo, ganhou com a redução de impostos.

Esta postura faz sentido. Se o socialismo é uma assunto apenas para conhecer e debater, o negócio, tanto em termos práticos como estratégicos, resume-se à subordinação ao capital e a sua classe dominante, tentando assim, quem sabe um dia, com muita "boa vontade" dos patrões, alguma mudança significativa favorável aos trabalhadores. Isso sim é que é gostar de uma utopia. (J.R.)

Produção extensiva de alimentos é reduzida em São Paulo

Latifúndio estreita seus laços com os capitalistas

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Adam Smith foi o primeiro dos grandes economistas a desenvolver a teoria do alimento de base (trigo na Europa, arroz na Ásia e milho nas Américas). É com ela que a economia política séria pode desenvolver a teoria da repartição e da formação dos preços na economia capitalista. Essa teoria nos ajuda muito no estudo da gênese do moderno latifúndio brasileiro e suas relações com o "setor moderno" da agricultura. A atualidade dessa teoria pode ser verificada na crise agrária nacional e na luta dos trabalhadores sem-terra.

Como em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema, onde os trabalhadores ocuparam no fim do ano passado um latifúndio improdutivo. Aproveitaram a ocupação para plantar 280 alqueires de milho. Logo foram expulsos, deixando para trás a plantação. Em 23 de fevereiro, os trabalhadores resolveram voltar para colher o fruto do seu trabalho. Foram recebidos a bala pelos jagunços do latifundiário. Não houve a colheita.

É difícil encontrar em São Paulo uma lavoura contínua de 280 alqueires de milho. A produção de grãos é muito reduzida no estado mais rico e que tem as terras mais férteis do Brasil. Há muito tempo, os capitalistas paulistas deixaram para trás as grandes plantações de arroz, feijão, milho e outros cereais. No lugar dos cereais, ocuparam o espaço com novos gêneros de exportação, especulação imobiliária, pastagens e pecuária extensiva.

Neste processo surgiu um novo latifúndio, uma velha criatura agora revigorada pelas suas relações econômicas com as empresas ou investidores do chamado *agrobusiness*. Sua base é a renda fundiária capitalista, que os latifundiários recebem alugando pastos para os arrendatários capitalistas. *"Um negócio comumente utilizado nessa atividade é o arrendamento (aluguel) de pastos. O investidor aluga a pastagem por período determinado, podendo pagar por cabeça colocada no pasto, mediante antecipação (mensal, trimestral, semestral e/ou anual), de um valor que varia em média de 10% a 24% do valor da arroba do dia do pagamento. Os custos inerentes ao custeio (mão-de-obra, vacinas, etc) também são pagos pelo arrendatário" (Paulo D. Junqueira — "Investir em boi pode ser um mau negócio", Suplemento Agrícola de O Estado de S.Paulo, 29/01/97).*

◆ *Distribuição Mundial da produção e Comércio de Cereais (trigo, milho, e arroz) - países e blocos selecionados, 1995*

Bloco ou País	Produção (milhões de Ton.)	Produtividade Produção por Habitante	Exportações (-) Imporatações milhões de toneladas
Nafta*	308	840	+85
Argentina	21	636	+10
CEE*	82	424	+14
Leste Europeu	110	350	ND
China	400	343	-4
Brasil	49	326	-8
Índia	195	219	ND
Resto do Mundo	440	180	ND

Fonte: dados originais da ONU-FAO
*NAFTA = Estados Unidos, Canadá e México; *CEE = França, Alemanha e Itália;

Neste estudo de Paulo Junqueira, engenheiro agrônomo e consultor de empresas rurais, pode-se verificar a repartição entre lucro e renda fundiária na pecuária extensiva, base do "setor moderno" da agricultura brasileira. Vejamos como se forma o custo de produção de um boi.

O capitalista adianta um capital de R$ 241,96 (ao pagar R$ 220 por um boi magro de 10 arrobas e gastar R$ 21,96 com os custos de produção — salários, vacinas, vermífugos, sal mineral e outros). Dezoito meses depois, com 17 arrobas, o boi que era magro engordou. O lucro do capitalista engordou junto. Agora ele precisa vender o boi. É o que ele faz, realizando R$ 374 (1 arroba = R$ 22). Com a venda, o capitalista recupera o capital adiantado e ainda realiza um lucro de R$ 132,04 (montante da venda menos capital adiantado).

Mas esse lucro não é embolsado apenas pelo capitalista. Ele transfere para o proprietário da terra uma renda fundiária (aluguel do pasto) de R$ 59,40. Sobre o capital investido de R$ 241,86, materializou-se um lucro que se reparte da seguinte maneira: R$ 72,64 para o capitalista e R$ 59,40 para o latifundiário. Essas porções da mais-valia social representam uma taxa de lucro anual de 19,13% e uma taxa de renda fundiária de 15,71%. Poucas atividades econômicas no mundo dão tanto lucro e... tanta renda.

Sérgio Koei

Sem-terra não puderam colher o milho por eles plantado

Crise chega no "setor moderno"

O "setor moderno" da agricultura brasileira está sendo o primeiro da economia a enfrentar uma pesada crise. A causa é sua forma de exploração da terra, própria dos países atrasados, que deixou a capacidade produtiva agrícola nacional muito vulnerável frente à globalização e à concorrência internacional. Sem uma agricultura de alimentos básicos com alta produtividade, nenhum país será admitido no clube dominante do novo *agrobusiness* globalizado. E o Brasil está muito mal das pernas nessa exigência.

Não basta uma produção de cereais aparentemente elevada, caso da China, India e Brasil. O importante é sua produtividade (produção por habitante). Ela revela a verdadeira capacidade de um país garantir uma reprodução menos custosa da sua força de trabalho, elevando assim a produtividade nacional como um todo.

O governo brasileiro luta por uma sobre-vida do "setor moderno" da agricultura brasileira. Não pára de reclamar dos subsídios à agricultura naqueles países que dominam o comércio mundial. Por trás disso estão os interesses e as pressões dos exportadores de soja, laranja, frango, carne, fumo, etc. Internamente, o governo autoriza a repressão e a matança daqueles que mostram, da forma mais didática possível, quem realmente sabe o que, como e para quem produzir. Como em Sandovalina, onde aqueles 280 alqueires de milho continuam esperando pela colheita. (J.M.)

ESPANHA *Caminhoneiros expõem contradições da reestruturação produtiva*

Greve paralisou montadoras na Europa

Clara Paulino,
da redação

Em fevereiro, os caminhoneiros espanhóis realizaram uma greve que durou mais de duas semanas, para reivindicar a redução da idade para aposentadoria e o reconhecimento de várias doenças profissionais. Eles concordaram em voltar ao trabalho após uma série de promessas do governo, entre elas a de redução do preço do diesel. O mais interessante aqui é que essa greve provocou o desabastecimento de diversas montadoras da Espanha, da Alemanha e afetou indústrias siderúrgicas e mineradoras.

Por depender de entregas regulares de componentes, a Volkswagen, maior fabricante de automóveis da Europa, interrompeu a produção diária de mil carros Polo em sua fábrica de Pamplona, na Espanha e dispensou seus trabalhadores. A unidade da Volks na cidade de Wolfsburg, na Alemanha, que também produz mil Polos por dia, não pôde funcionar devido à greve dos caminhoneiros. Além disso, a Volks foi obrigada a rever a produção diária do Golf, o carro que mais vende na Europa.

Na Ford Werke, divisão alemã do grupo automobilístico americano, foram utilizados helicópteros para transportar peças. Foi um dos poucos fabricantes de carros da Alemanha cuja produção continuou praticamente normal durante o período da greve. O grupo, no entanto, calculou que teve um gasto diário de US$ 1 milhão, devido aos atrasos nas entregas de seu novo modelo Ka da fábrica de Valência, na Espanha, além de custos adicionais com transporte.

A Adam Opel, que faz parte da General Motors dos Estados Unidos, também foi afetada. A Opel depende de componentes produzidos em sua fábrica espanhola de Zaragoza. Essa fábrica é a maior automobilística da Espanha, com 9.300 funcionários. Ela foi obrigada a dispensar os funcionários durante o movimento dos caminhoneiros. A fábrica de carros Citroen, em Vigo, nordeste da Espanha, conseguiu garantir a manutenção de sua produção com envio de componentes por via aérea. Já a fábrica que produz veículos Suzuki, em Linares, na Andaluzia, teve que interromper a produção devido à falta de componentes, como carburadores. A fábrica espanhola da Mercedes-Benz também foi obrigada a suspender sua produção por falta de peças.

Volks não manteve produção durante greve dos caminhoneiros

Os efeitos da paralisação também foram sentidos na Bolsa de Frankfurt, Alemanha, onde as ações da Mercedes-Benz baixaram 2,80 marcos.

O modelo de produção atual adotado pelas grandes montadoras pressupõe que os componentes, que representam 60% do custo de um carro novo, sejam fabricados por empresas terceirizadas, atendendo somente a demanda necessária ao mercado. Ou seja, as empresas funcionam com estoques mínimos e passam a trabalhar com fornecedores. Esse processo é conhecido como *"just in time"*.

Além disso, a mundialização da economia permite às montadoras fabricarem os componentes de seus carros em cidades ou países que oferecem maiores lucros e menores gastos com a mão-de-obra. Dessa forma, a produção é fragmentada e para garantir o produto final, os transportes passaram a ser decisivos. Não foi, portanto, à toa que a greve dos caminhoneiros espanhóis obrigou diversas fábricas a paralisarem suas atividades.

Essa contradição da internacionalização da economia capitalista permite aos trabalhadores colocar em xeque a patronal e lhes abre a possibilidade de lutar, através da sua mobilização, de forma mais incisiva e coordenada pelas suas reivindicações.

Arquivo

Reestruturação abre espaço para lutas internacionalizadas

Lutas podem ser internacionalizadas

O *"just in time"*, embora seja um dos principais responsáveis pelo aumento dos lucros das grandes montadoras, é um ponto fraco do modelo de produção atual. Por exemplo, se acontece uma greve em uma das fábricas fornecedoras ou em uma das unidade que produz determinado componente, toda a produção é comprometida.

Diante de uma economia cada vez mais internacionalizada, os trabalhadores são obrigados a terem políticas mais coordenadas. Os congressos e todos os fóruns que reúnam trabalhadores podem apresentar propostas no sentido da internacionalização das reivindicações e lutas, buscando a unidade por fábricas e ramos.

Por exemplo, se os trabalhadores da GM norte-americana paralisam suas atividades para reivindicarem melhores condições de trabalho, nas regiões ou países onde existam outras unidades da fábrica podem ocorrer manifestações de solidariedade e apoio à luta dos norte-americanos.

Os sindicatos devem começar a discutir a necessidade de coordenadorias regionais, como a de trabalhadores da GM, da Volks ou de petroleiros do Mercosul. Ou ainda, fóruns que reúnam as comissões de uma mesma fábrica em diversos continentes.

Atualmente, o melhor exemplo de resistência está sendo dado pelos portuários de Liverpool, na Inglaterra, que estão em greve há mais de um ano. Eles lutam contra a terceirização e as demissões e, graças à solidariedade dos portuários da própria Inglaterra, do Canadá, da Austrália, da Suécia e de vários países do mundo, eles conseguem, através de um fundo de greve, manter o movimento.

A construção dessa resistência também tem que se dar através de ramos de atividades. Como por exemplo, o setor químico, que pode abranger os trabalhadores do setor de petróleo e todos os empregados de empresas terceirizadas que atuam nesse segmento da economia. (C.P)

CHINA *Dirigente ordenou massacre da Praça da Paz Celestial em 1989*

Deng Xiaoping conduziu China ao capitalismo

Marco Antonio Ribeiro,
da redação

Deng Xiaoping, o líder chinês responsável pelo massacre da Praça da Paz Celestial em 1989, morreu dia 19 de fevereiro. A notícia foi divulgada pela agência oficial Nova China, poucas horas depois de ter sido anunciada por um canal de televisão de Hong Kong.

Imediatamente após a divulgação da notícia, chefes de potências imperialistas manifestaram seu pesar, elogiando a figura de Deng Xiaoping. O conservador Jacques Chirac, presidente da França, afirmou que o líder chinês ficará na memória dos povos como uma das maiores figuras da história da China. Bill Clinton, o presidente norte-americano, não deixou por menos, afirmando que Deng era uma figura extraordinária do cenário mundial nas últimas décadas e a força predominante na aproximação do governo norte-americano com o chinês. Não é a primeira vez que o imperialismo demonstra seu apreço por Deng. O líder chinês foi eleito, duas vezes, o homem do ano pela revista norte-americana *Time*. A última delas devido *"às amplas reformas econômicas que liberaram a energia produtiva chinesa"*.

Ao mesmo tempo em que manifestavam seu pesar, os líderes desses países mostravam-se preocupados com a sucessão chinesa. Querem garantir que a China continue seu processo de transformação em uma economia capitalista. Os temores ocidentais têm fundamento. Afinal, Deng Xiaoping foi o timoneiro que, com braço de ferro, conduziu a China aos mares capitalistas. Já no final da década de 70, o líder chinês começou a promover reformas que introduziam mecanismos de mercado na economia local.

Primeiro acabou com a exploração coletiva da terra, criando um regime de responsabilidade familiar, através do qual cada família recebia um lote, dava ao Estado uma cota da produção e ficava com o resto para vender. Depois criou as zonas econômicas especiais, onde permitiu a instalação de empresas estrangeiras. As multinacionais que se instalavam nessas regiões recebiam benefícios fiscais. Mas o que mais as atraiu foi a mão-de-obra extremamente barata e um mercado potencial gigantesco.

Com atrativos tão grandes, gigantescas massas de capital migraram para a China em busca de rápida valorização. Somente em 1994, a China absorveu US$ 26 bilhões em investimentos diretos, perdendo apenas para os Estados Unidos. Não precisou muito tempo para as multinacionais lá instaladas fazerem a festa e controlarem grandes faixas do mercado. Isso quando não há o monopólio puro e simples. A norte-americana Procter & Gamble, por exemplo, controla 78% do mercado chinês de xampu *(Gazeta Mercantil*, 24/2/97). Nunca vendeu tanto em sua vida.

Foto Sygma

Deng Xiaoping

Para permitir que tudo funcione, a burocracia chinesa cobra caro. Os chineses chamam as conexões com a burocracia necessárias para o funcionamento desses negócios de *guanxi*. No país de Mao Tse-tung e Deng Xiaoping, nada funciona sem *guanxi*. Uma geração de jovens empreendedores capitalistas, filhos de influentes membros do PC Chinês, enriqueceu rapidamente utilizando sua influência. São eles os que, associados às multinacionais, funcionam como a ponta de lança da restauração capitalista.

Entre esses empreendedores está Deng Pufang, o não tão jovem filho mais velho de Deng Xiaoping. Deng Pufang foi vinculado a negócios escusos, quando a empresa com a qual estava envolvido, a Kanghua Corporation, foi fechada, acusada de corrupção. Evidentemente, nada aconteceu ao filho de Deng Xiaoping.

Capitalismo com a particularidade chinesa

O caso chinês é o mais bem sucedido exemplo de transição controlada para o capitalismo. O segredo: a restauração capitalista foi planejada e controlada com braço de ferro pela ditadura stalinista do Partido Comunista. O resultado: a fusão dos interesses das empresas transnacionais com os do regime burocrático.

Essa fusão demonstra o grau de hipocrisia da política externa das grandes potências imperialistas. Apesar de eventuais críticas à ausência de democracia, nenhum boicote econômico é sequer cogitado. Os chineses podem ter pouca liberdade, mas o capital corre livre, leve e solto.

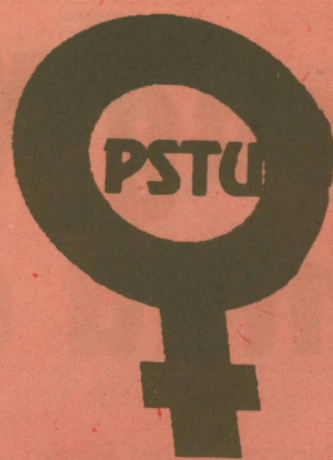
Agora esses mesmos países que bajularam Deng Xiaoping apostam suas fichas em seu sucessor, Jiang Zemin. O novo líder ocupou a presidência da China logo após o massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989. Durante oito anos, cercou-se de aliados, estreitou seus laços com o Exército e se preparou para a sucessão. Jiang Zemin é conhecido como um adepto das reformas pró-capitalistas e um inimigo das liberdades políticas. Quando os estudantes saíram às ruas em 1989, ele, na época chefe do PC em Xangai, foi o primeiro líder provincial a manifestar seu apoio à imposição da lei marcial. Para as potências imperialistas, ele foi feito sob medida para suceder Deng Xiaoping. (M.A.R.)

◆ **Os números da China**

A CHINA HOJE	
População	1,23 bilhão
PIB (em dólares)	425 bilhões
Renda per capita (em dólares)	344
Inflação (anual)	14,8%
Reservas em divisas (em dólares)	85 bilhões
Dívida externa (em dólares)	70 bilhões
Exportações (em dólares)	121 bilhões
Importações (em dólares)	116 bilhões
Empresas privadas	22 milhões
Fazendas coletivas	0

Fonte: Qid, FMI, Bird, The Economist

MULHERES

8 de março é dia de luta

Cristina Ribeiro,
do Rio de Janeiro (RJ)

No dia 8 de março se comemora o **Dia Internacional da Mulher**. Além de prestar uma justa homenagem às trabalhadoras têxteis que foram massacradas durante uma greve há quase um século, o "8 de março" é um dia de luta.

Neste 8 de março de 1997, vamos ganhar as ruas para exigir a liberação das mulheres de toda opressão machista e também para lutar contra o governo, suas Reformas e seus planos que só fazem aumentar a miséria entre os trabalhadores como, por exemplo, a Reforma Trabalhista através da qual FHC quer acabar com a licença maternidade e outras conquistas da classe trabalhadora.

Este também é um dia para levantarmos alto nossa bandeira de apoio e solidariedade à luta dos sem-terra e à defesa da Reforma Agrária.

Apesar de todo discurso pseudofeminista do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, o seu plano neoliberal está provocando o aumento do desemprego entre as mulheres. Pesquisa realizada pela Fundação Seade, na Grande São Paulo, comprovou que a taxa de desemprego entre as mulheres atingiu, no ano passado, 17,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Em comparação com 1995, esta taxa representa uma elevação de 12,4%. Segundo análise do Seade, este é o maior patamar desde 1985.

Alfredo

Mulheres estão na luta pela reforma agrária

Se isso não bastasse, a diferença entre o salário de homens e mulheres continua se ampliando. Em 1996, o rendimento real médio das mulheres correspondia a, aproximadamente, 60% da remuneração média dos homens, o que representou uma queda de 2% em relação ao ano anterior. No ano passado, 10% das mulheres ocupadas ganharam menos que o salário mínimo — uma parcela duas vezes maior que a dos homens.

Por outro lado, a precarização do trabalho, outro elemento determinante do plano neoliberal, está atingindo em cheio a mulher trabalhadora: em 1995, 50,6% das mulheres ocupadas tinham carteira assinada; no ano passado, este percentual caiu para 48,3%.

Outra tendência que se acentua é o crescimento de famílias chefiadas por mulheres. Em 1986, 18,6% das famílias do Estado de São Paulo se enquadravam nesta definição; em 1995, houve um salto para 21,8%.

A situação da mulher paulista não é muito diferente da existente no restante do país. O Plano Real vem ocasionando desemprego e redução salarial para toda a classe trabalhadora.

Por essas e outras, neste 8 de março estaremos nas ruas para lembrar aos "senhores do poder" que estamos dispostas a lutar incansavelmente não só contra toda forma de opressão e exploração, como também, e principalmente, contra o podre sistema capitalista que se alimenta e se beneficia desta situação.

Aos leitores

Durante os três anos de existência do **PSTU**, mantivemos a publicação semanal de nosso jornal. Neste período, nos orgulhamos de ter o único jornal regular da imprensa operária.

No entanto, provisoriamente, devido a dificuldades financeiras, o **Opinião Socialista** passará a ser quinzenal.

Você que é assinante do **Opinião Socialista** receberá o mesmo número de jornais correspondente à sua assinatura: a assinatura semestral com 24 edições e a anual com 48 edições. A única mudança, é que o jornal chegará até você de 15 em 15 dias.

Queremos que o **Opinião Socialista** volte a ser semanal dentro de alguns meses. Para isso, queremos aumentar a venda do jornal e a quantidade de assinantes.

Se a sua assinatura estiver vencendo, renove-a.

Se você ainda não é assinante, faça uma assinatura.

Se você é militante do **PSTU**, veja como pode oferecer mais jornais no seu trabalho, escola, bairro, etc.

Esta é a forma mais rápida de voltarmos a ter o **Opinião Socialista** toda semana.